



OFICIO Nº 444/2023-SMGP-

Arapiraca, 15 de maio de 2023

Exmo. Sr.

José Luciano Barbosa da Silva

Prefeito

Nesta

PROCESSO N. 1166/2023

PREGÃO ELETRONICO 005/2023

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos oficiais e locados do Município de Arapiraca, por meio de sistema eletrônico, com a utilização de cartões magnéticos ou microprocessador (chip), de aceitação para aquisição de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10), em postos credenciados, com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos, conforme quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

ASSUNTO: PEDIDO DE REVOGAÇÃO

Senhor Prefeito

Foram iniciados os trâmites processuais para contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota municipal, conforme detalhado acima, culminando no procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 005/2023, com abertura da sessão pública em 27.04.2023, e após transcorridos os prazos recursais e seus julgamentos, a Empresa CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.656.961/0001-50, que apresentou o maior desconto para o Lote único.

Mediante essa informação advinda da Comissão de Licitação, solicitamos esclarecimentos a Empresa supramencionada sobre a forma de disponibilização dos serviços, principalmente, acerca do gerenciamento, identificação e abastecimento da frota, se será disponibilizado chip, cartão magnético ou as duas formas.

Em resposta ao pedido, a Empresa CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA, comunicou que utilizará o cartão magnético, conforme transcrevemos abaixo:

. Na licitação em apreço à Administração determinou a liberdade de escolha do modo de captura a futura e eventual contratada



responsável pela administração e gerenciamento da frota, sendo assim, a empresa Convênios Card Administradora e Editora LTDA EPP, esclarece **que utilizará como meio de identificação e abastecimento dos veículos o modo de captura via tarja magnética. (grifo nosso).**

É salutar informar que o cartão magnético funciona como um cartão de crédito convencional, cuja quantidade de litros é determinada por veículo pela Prefeitura, creditando-se um limite para esse cartão, que deverá constar a identificação do veículo (placa, etc), devendo o motorista, criar uma senha particular e abastecer em postos nos quais o cartão seja aceito, através de captura via tarja magnética.

Porém, tem uma enorme desvantagem no sentido de que, se não houver uma efetiva fiscalização por parte dos empregados dos postos, que exercem a função de frentista, ou a Prefeitura não disponibilizar, vinte e quatro horas por dia, seus servidores para irem acompanhando o abastecimento desses veículos nos Postos de combustíveis credenciados pela Empresa contratada, o cartão magnético e a senha do motorista poderão ser repassados para uma terceira pessoa e o abastecimento ocorrer em quaisquer outros veículos, considerando que a identificação do veículo cadastrado terá como controle a sua identificação tão somente no cartão e no sistema.

Com pertinência ao microprocessador (chip), a quantidade de litros também é determinada por veículos pela Prefeitura, creditando-se um limite para abastecimento, sem a utilização de cartão magnético, mas com o referido chip anexado (colado) ao veículo, devendo o motorista, criar uma senha particular e abastecer em postos nos quais o chip seja aceito; cuja desvantagem refere-se tão somente, ao repasse da senha do motorista para terceiros, porém, jamais para abastecer outros veículos não cadastrados, em substituição aquele “chipado”, pois a “presença física” do próprio veículo é obrigatória para que seja feita a leitura magnética do chip.

Mister ressaltar que a atual Gestão Municipal ao assumir a Prefeitura de Arapiraca em 2021, teve acesso ao contrato anteriormente firmado entre o Município e uma empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de sua frota de veículos, cujos abastecimentos davam-se por cartões magnéticos, comprovando-se, no transcorrer de alguns meses, que a má-utilização desses cartões eram recorrentes, e portanto, tomando-se a decisão de adotarmos o sistema de abastecimento com chip até o término do contrato. Posteriormente, com o término do prazo contratual, realizamos procedimento licitatório, com a contratada vencedora do certame, fornecendo o gerenciamento de abastecimento, também, através de chip, até a presente data.

Urge enfatizar que essa forma de gerenciamento nos abastecimentos de nossa frota (com chip) tem gerado de forma eficaz e segura o controle total sobre o consumo de combustíveis dos veículos previamente cadastrados, frustrando, de forma eficiente, quaisquer tipos de fraudes, considerando que ao tentar violar o chip, o mesmo automaticamente fica inutilizado.

Isso posto, constatamos que ao elaborarmos o Termo de Referência, item obrigatório em um procedimento licitatório, e que fornece elementos para elaboração do edital, houve falha quando



se determinou: “*Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos oficiais e locados do Município de Arapiraca, por meio de sistema eletrônico, com a utilização de cartões magnéticos ou microprocessador (chip)*”, deixando margens para que a licitante contratada pudesse escolher entre o cartão magnético ou o microprocessador(chip) em detrimento a Administração Municipal, que deveria especificar e exigir o mais conveniente para as suas necessidades.

A Empresa CONVÊNIOS CARD ADMINISTRADORA E EDITORA LTDA, quando provocada para esclarecer o nosso pedido, bem frisou em sua peça esclarecedora, informando que a Administração determinou a liberdade de modo de captura à futura contratada, enfatizando que “*...o que passa a recomendação de que a Administração Pública, antes de adotar determinada posição, deve elaborar estudos dirigidos a convencionar a necessidade de determinada exigência.*”

Assim, também, bem alertou a Empresa quando em sua peça fez lembrar que: “*Desta feita, qualquer exigência específica deve ser devidamente justificada na fase de planejamento da contratação, por meio de estudos técnicos, que deverão considerar as diversas variáveis envolvidas, tais como custos, quantidade de empresas aptas a participar da licitação e os riscos envolvidos.*”

Mediante o ora exposto, e imbuídos nos princípios que regem a Administração Pública, nunca é demais ressaltar que a atividade gestora tem o dever de zelar pelo patrimônio/recursos financeiros do ente público. A Administração Pública deve exercer o seu poder-dever de rever os seus atos quando estes se apresentarem, respectivamente, ilegais ou contrários à conveniência ou à oportunidade administrativa, e deve estar aliado ao atendimento do interesse público, princípio norteador dos atos emanados por seus agentes, afinal, o poder-dever da Administração ao rever seus atos é de fundamental importância para a licitude e transparência desses atos.

Portanto, cabe a Administração, caso a caso, em decorrência das circunstâncias e peculiaridades do interesse público, avaliar e criteriosamente posicionar-se, de forma isonômica, com vista ao atendimento primordial da licitação, que é a contratação do objeto.

Ademais a Administração Pública, com ou sem provocação, pode revogar o ato administrativo, sem que isso constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder.

Assim assentou o STF no enunciado da Súmula 473:


Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.



Portanto, revendo seus próprios atos, revogando-se esses atos administrativos que, mesmo depois de praticados, se tornam lesivos aos interesses da Administração Municipal, se resguarda o interesse público.

Ademais, o Pregão Eletrônico nº 005/2023, ainda não surtiu seus efeitos práticos, haja vista ainda não ter sido homologado por Vossa Excelência, autoridade competente para praticar o ato homologatório.

E, considerando em que pese os posicionamentos dos órgãos de controle externo que cogita a possibilidade de supressão do contraditório e da ampla defesa nos casos em que o desfazimento do processo de contratação ocorra antes da homologação do certame e da adjudicação do objeto, e tendo em vista que a falha ocorrida quando da elaboração do termo de referência caracteriza-se como superveniente capaz de alterar o interesse público, de maneira que a licitação não é mais conveniente e oportuna para atingir os objetivos buscados pelo Poder Público, solicitamos de Vossa Excelência, caso julgue cabível, REVOGAR o Processo Administrativo nº 1166/2023, tornando sem efeito todos os atos constantes dos autos processuais, com fulcro no que dispõe o Art. 49 da Lei 8.666/93.


Maria Ariluce de Cerqueira Silva
Secretária Municipal de Gestão Pública


Josivaneó Paulino Leite
Superintendente de Gestão e Monitoramento